



HAL
open science

Introdução à estratégia geoeconómica e de actor A globalização em análise

Jacques Fontanel, Pedro Henriques

► **To cite this version:**

Jacques Fontanel, Pedro Henriques. Introdução à estratégia geoeconómica e de actor A globalização em análise. A globalização em "analyse". Geoeconomia e estrategia dos actores, Instituto Piaget, 2007, 978-972-771-915-0. hal-03611893

HAL Id: hal-03611893

<https://hal.univ-grenoble-alpes.fr/hal-03611893v1>

Submitted on 17 Mar 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Introdução à estratégia geoeconómica e de actor

A globalização em análise

Jacques Fontanel

Pedro Henriques (Tradução)

Instituto Piaget,

Lisboa. 2007

La globalisation économique semble inéluctable, alors que les économistes s'opposent parfois sur son intérêt et sa pertinence. Pour les tenants de la pensée libérale, l'ouverture des frontières ne peut qu'accélérer le développement économique mondial et la paix, compte tenu des interdépendances des économies et de la nécessité de tous les agents économiques de commercer. Les analyses plus inspirées par le mercantilisme ou le nationalisme estiment que l'action économique et sociale de l'Etat est nécessaire afin de satisfaire les besoins économiques, politiques et culturels de tous les citoyens ; or, les conflits entre les Etats et même l'intérieur de ceux-ci n'ont pas encore été éliminés. Dans ce contexte, l'interdépendance des économies crée des fragilités qui réduisent ainsi la capacité de la défense nationale, face à une menace guerrière.

Globalisation économique, mondialisation, paix, guerre économique, inégalités sociales, Etat.

O conceito de globalização é, no fundo, muito recente, embora algumas das suas expressões não o sejam tanto assim. A globalização define a integração das actividades produtivas e comerciais num sistema de mercado global, no contexto de uma multiplicidade de relações e interconexões entre os Estados e as sociedades que formam o sistema mundial. Num mundo dominado pelas nações desde há pelo menos cinco séculos, o poder societal e as suas expressões encontram-se em plena mutação, no sentido do desenvolvimento dos bens públicos internacionais. Hoje, os Estados perderam a sua aura e parte do seu poder. Os actores económicos arvoram-se em defensores dos interesses colectivos, se bem que representem, por vezes, interesses particulares. Resulta daí uma certa confusão na governança da mundialização. A natureza das relações de força mudou e as interdependências económicas repercutem-se nas relações internacionais. Quais são a natureza e a importância das transferências de autoridade? Que benefícios sectoriais ou categoriais daí resultam? E com base em que garantias?

Com o desmoronamento da União Soviética, a ideia do declínio do «império americano» perdeu a sua pertinência. Porém, atentando na complexidade das inter-relações entre os grupos sociais, as nações e os actores económicos, é difícil compreender os desafios de poder, nomeadamente por estes nem sempre serem declarados ou até claramente compreendidos pelos intervenientes. A guerra iraquiana fundou-se nas armas de destruição maciça, na democracia, na guerra contra o terrorismo ou no acesso ao petróleo? Indubitavelmente, todas estas razões explicam o conflito. No entanto, o mundo necessita de racionalidade e os debates levam a insistir frequentemente numa ou outra dessas razões, provocando assim oposições ou convergências pouco claras. Resulta daí uma globalização de carácter híbrido, um sistema que se revela cada vez menos binário, que dá lugar a interdependências declaradas ou não declaradas,

objectivas ou subjectivas, desejadas ou indesejadas. A complexidade da governança do mundo deixa apenas supor que os interesses privados, mais flexíveis nas suas iniciativas, foram sem dúvida favorecidos neste processo, sem que por isso representem um bloco unido na competição mútua que os opõe. Nestas condições, o controlo insuficiente dos resultados da globalização pode suscitar várias questões de carácter inatamente político. Porquê a globalização? Para quem? Como? Em proveito de quem? Ou, como diriam os de Maio de '68, «globalização, o conto do vigário?».

A globalização pressupõe a abertura e a liberdade dos mercados financeiros, a transnacionalização das estratégias das firmas oligopolistas, a difusão da tecnologia e dos conhecimentos no mundo inteiro, a transformação dos comportamentos de consumo no sentido de uma uniformização e de um alargamento das escolhas, a internacionalização das capacidades reguladoras das sociedades nacionais num sistema político e económico global e a diminuição do papel dos governos nacionais na definição das regras da regulação macroeconómica. A globalização põe a nu a autonomia crescente da economia face à política e o desenvolvimento da economia mundial. Numa perspectiva mais lata, alude igualmente à «comunidade cosmopolita das consciências», cara a Kant, com a criação de tribunais internacionais, a caça aos antigos ditadores ou o direito de ingerência. As ideias e os objectivos transformam-se. Em certas organizações internacionais, passou-se do apoio indirecto às lutas de libertação a caminho dos socialismos para a busca da democracia no quadro da economia de mercado. O Estado é cada vez mais contestado, retomando-se assim por vezes as ideias de Santo Agostinho, que apresentava os reinos como bandos de malfeitores. Esta concepção está ligada à do Estado «vadio» (que vimos ressurgir também no sistema de depredação criado nas economias em transição). A par do Estado e das organizações internacionais desenvolve-se o conceito de sociedade civil (ele próprio já presente em Hegel), com o papel moral e contestatário atribuído às associações e outras organizações não-governamentais.

O lugar desta contestação ultrapassa as fronteiras, situando-se amiúde no quadro da mundialização.

Fernand Braudel¹ distingue a economia mundial da economia-mundo. A primeira expressão designa a economia do mundo no seu todo. A segunda refere-se a uma parte do mundo que forma um todo económico coerente, um sistema. É «um pedaço do planeta economicamente autónomo, capaz, no essencial, de se bastar a si mesmo, e ao qual as respectivas ligações e trocas internas conferem uma certa unidade orgânica»². A evolução actual relata a passagem de economias-mundo para uma economia mundializada. Em

1 Braudel, F. (1979), *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, xv^e-xviii^e siècle*, Armand Colin, Paris.

2 Braudel, F., *idem*, p. 12.

A *Grande Transformação*, Karl Polanyi³ considerava que o capitalismo desenvolvido compreendia quatro características fundamentais: um sistema de equilíbrio dos poderes, uma moeda comum (com o padrão-ouro internacional), um mercado auto-regulador com forte potencial de produção e de consumo e, por último, o Estado liberal. Ora, o sistema actual caracteriza-se pelo fim das dissensões Este-Oeste, a primazia do dólar, um mercado internacional eficaz e um Estado cada vez menos intervencionista, mas necessário para assegurar a coerência das iniciativas individuais e dos compromissos colectivos. Por outras palavras, o processo de globalização seria estruturalmente inerente ao capitalismo. Para Elie Cohen⁴, quadro tendências estruturam a nova era do capitalismo: a mundialização, o regresso dos direitos de propriedade, o recuo do Estado e a revolução das novas tecnologias da informação e da comunicação.

A mundialização não significa o mesmo para toda a gente. Constitui um processo geoeconómico da globalização, no sentido em que vai para além do conceito de economia internacional. É susceptível de definir um princípio próprio de regulação, que já não decorreria da ordem das nações ou dos regulamentos estatais. Os Estados abandonam os seus poderes às tecnoestruturas internacionais. Para uns, trata-se de um processo irreversível, inevitável e benéfico, favorável ao desenvolvimento económico mundial. Para outros, este processo é sinónimo de novas desigualdades e de ameaça ao emprego e ao progresso social. A mundialização não avança em toda a parte ao mesmo ritmo, mas, para o Fundo Monetário Internacional (FMI), o seu processo favorece a democracia, a qualidade das condições de trabalho e a excelência dos níveis de vida.

A globalização abrange a totalidade da vida social e manifesta-se na maior parte dos sectores da vida económica, pelo menos nos países desenvolvidos. Respeita também ao desenvolvimento dos movimentos dos povos, das ideias e dos bens e serviços entre as nações⁵. Concebe-se como um processo distinto da internacionalização e da multinacionalização. A internacionalização caracteriza, antes de mais, o crescimento das trocas comerciais entre actores económicos nacionais e externos, no quadro de um comércio mais de concorrência do que de complementaridade. Ao invés, o processo de multinacionalização da economia corresponde à transferência de recursos de capital de uma economia para outra, induzindo processos de investimento, de aquisições ou de cooperações que fomentam a perda da identidade nacional. Da mesma maneira que as empresas poderosas têm o poder de controlar a economia do país que as acolhe e mesmo o seu futuro, a multinacionalização provoca, por vezes, fortes reacções nacionalistas contra os investimentos estrangeiros.

3 Polanyi, K. (1983), *La grande transformation*, Gallimard, Paris, 1983.

4 Cohen, E. (2001), *L'ordre économique mondial. Essai sur les autorités de régulation*, Fayard, Paris, p. 66.

5 Brown, P., Schweke, B. (2001), «Globalization: An Examination of the Pros and Cons», *Corporation for Enterprise Development*, Setembro.

Contudo, a internacionalização das economias faz hoje parte dos modos e costumes, sendo frequentemente apontada como um factor incontornável do progresso económico.

O emprego do conceito de globalização revela que a proporção do comércio externo tem uma quota crescente no produto nacional (PNB) da globalidade dos países, que o investimento directo no estrangeiro (IDE) conhece um dinamismo tal que atenua o carácter nacional das empresas e que a abertura generalizada das fronteiras favorece o desenvolvimento das empresas globais. Esta hipótese pressupõe que as estratégias dos actores económicos sejam doravante fundadas no esbatimento das fronteiras económicas, independentemente dos interesses colectivos defendidos por cada Estado. A globalização reveste-se de vários processos principais⁶:

- 1) Em primeiro lugar, a mundialização da procura, fenómeno limitado numa primeira fase e depois progressivamente ampliado pelo processo de desenvolvimento económico, conduz à convergência e à integração dos mercados com o contributo decisivo da tecnologia moderna. A sociedade global vende os mesmos produtos no mundo inteiro, a baixo preço, mesmo atentando nos ajustamentos ligados à qualidade ou à apresentação inerentes às diferenças nacionais. As empresas devem ter em conta as características locais e desenvolver uma abordagem em rede com as organizações regionais mais próximas do mercado. A globalização dos mercados aplica-se sobretudo à gestão das firmas multinacionais (FMN). Esta concepção, que explica as novas relações económicas internacionais mediante o processo de globalização e o desenvolvimento das tecnologias, é contrária à teoria de Vernon, segundo a qual a obsolescência e os ciclos dos produtos seriam as variáveis explicativas fundamentais da produção e das trocas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.
- 2) Para Kenichi Ohmae⁷, a empresa global procura obter uma vantagem concorrencial à escala mundial nos mercados internacionais. A globalização deve ser estendida à cadeia de criação de valor (nomeadamente, a I&D, a engenharia, a produção, os serviços ou as finanças). A empresa começa por exportar, estabelecendo em seguida um serviço de vendas, antes de produzir localmente e de confiar o controlo total da cadeia de valor à sua filial. A integração global constitui a última etapa do processo. Os investimentos e a selecção do pessoal fazem-se à escala mundial, incitando os Estados a abrirem a sua economia numa base muitas vezes regional e no quadro de uma coordenação particular-

6 Boyer, R. (1995), *Mondialisation au-delà des mythes*, «Les dossiers de l'état du monde», La Découverte, Paris.

7 Ohmae, K. (1995), *The End of the Nation-State*, The Free Press, Nova Iorque.

mente difícil de controlar. O Estado regional pós-nacional definido por Ohmae⁸ torna-se assim uma unidade não natural, o que desencadeia disfunções na organização das actividades humanas, num mundo que, ainda assim, não é totalmente desprovido de fronteiras. É possível produzir com cada vez menos mão-de-obra, mas, ao mesmo tempo, é preciso diminuir o desemprego, principal problema social da nossa época.

- 3) Para o FMI, a globalização refere-se simplesmente à integração crescente das economias nacionais, graças ao desenvolvimento das correntes de troca e dos fluxos financeiros. Por um lado, leva às transferências de mão-de-obra e de conhecimentos e a uma aceleração da integração social do progresso técnico. Por outro, pressupõe a «mercadoização» e a concorrência. Ocasionalmente, estas duas características conduzem ao aumento das desigualdades e ao acréscimo dos riscos de crises económicas nacionais e internacionais. Certos países com resultados económicos satisfatórios foram mesmo vítimas desta especulação, por culpa do seu regime de câmbios, da fragilidade do seu sistema financeiro, de uma dívida pública excessiva ou da ausência de transparência em matéria de informações económicas. Os mercados de capitais são impiedosos e injustos para com aqueles que não cumprem as condições necessárias em tempo útil⁹. O FMI promove a mundialização que entende necessária para um desenvolvimento económico fundado na equidade (no sentido neoclássico do termo) e na transparência.
- 4) As firmas multinacionais (FMN) devem ajustar a sua política em função dos graus evolutivos de mobilidade disponíveis. Através da globalização e num contexto de forte competição económica, procuram redefinir em seu proveito as regras do jogo anteriormente impostas por Estados cada vez menos livres nas suas escolhas, manietados que estão por um conjunto de exigentes e extensos acordos internacionais. O capital é apátrida: se a IBM é o maior exportador de computadores do Japão, já a Sony é o maior exportador de televisores dos Estados Unidos. Nesta situação, o Estado é apenas um actor da economia mundial, participando nas escolhas económicas como um simples competidor potencial. Nos dias de hoje, as FMN defendem a aplicação de um novo «direito económico internacional» que favoreça a escolha das implantações produtivas ou comerciais em função das regras da concorrência. Nesse sentido, exercem um poder interno sobre as estruturas políticas internacionais, com o fito de promover uma nova definição das instituições e das leis de cada Estado favorável

⁸ Ohmae K. (1993), «The Rise of the Region State», *Foreign Affairs*, 71(2), pp. 78-87.

⁹ FMI (2000), «Enjeux et risques de la mondialisation pour les pays en développement», *Bulletin du FMI*, Suplemento, vol. 29, Suplemento, Setembro, p. 4.

à globalização dos seus interesses. As políticas macroeconómicas tradicionais do Estado são, não raro, a expressão dos interesses das grandes empresas que sustentam o poder político em exercício.

- 5) A globalização pode também designar uma nova configuração sistémica, com a passagem de uma economia internacional para uma economia globalizada em que as economias nacionais se rearticulam em relação a uma ordem mundial. As instituições do pós-guerra dão lugar a entidades continentais ou regionais que constituem pontos de apoio das FMN. Os mercados internacionais desenvolvem uma forte interdependência, chegando ao ponto de criarem evoluções sincrónicas e uma homogeneização dos produtos, dos factores de produção e das culturas. Neste contexto, a mundialização procura abolir as fronteiras físicas, técnicas e fiscais, no quadro de acordos regionais ou da aplicação das regras definidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). O princípio essencial de que qualquer produto legalmente fabricado e comercializado num país-membro deve ser admitido no mercado de qualquer outro país-membro encontra-se generalizado. Convém, portanto, harmonizar as exigências em matéria de protecção da saúde, segurança e ambiente, e limitar a criação de especificações técnicas dos bens e serviços de cada Estado. Presentemente, as regulamentações nacionais são ainda restritivas, nomeadamente no sector dos serviços, situação que tem incidências no desenvolvimento de um grande número de actividades económicas. Esta política de mundialização conduz ao estabelecimento de uma legislação comum nos domínios do direito das sociedades, da propriedade industrial, da circulação de pessoas ou da fiscalidade.
- 6) A globalização moderna não é ainda portadora de uma governança mundial fundada no direito. Os Estados, sobretudo os dos países desenvolvidos, conservam por princípio graus de liberdade de acção não negligenciáveis. As forças liberais buscam o apoio das forças não-estatais (como as organizações não-governamentais ou o recurso à sociedade civil) para difundir os valores «mundiais» em detrimento das chamadas «excepções regionais». Esta evolução é favorecida pelo desenvolvimento simultâneo da sociedade da informação e da mercantilização dos serviços da ciência e da cultura. Mais fundamentalmente, pretende-se retirar ao Estado a sua hegemonia sobre o monopólio da violência. Na realidade, embora esta consideração pareça legítima, ela não se aplica com o mesmo rigor ao Estado americano, cujo papel político, diplomático e financeiro na «desestatização» dos outros países é considerável. A liberdade da informação e do capital conduz, é certo, ao comércio livre, mas também ao direito de ingerência. No fundo, a par de um direito nacional, desenvolvem-se direitos regionais e mundiais que fazem concorrência e por vezes constroem os governos legítimos, nomeadamente os democraticamente eleitos.

Durante o final do século XX, a defesa da globalização equivaleu ao combate pelo alargamento das prerrogativas do mundo livre. Hoje, as forças da globalização tentam reduzir a livre actuação dos Estados, muitas vezes acusados de serem portadores de valores mafiosos ou religiosos retrógrados. As economias recém-regressadas ao capitalismo, como na Ásia ou na Rússia, trouxeram com elas valores proteccionistas, monopolistas e, por vezes, criminosos tidos como obstáculos ao bom funcionamento de uma globalização que as organizações internacionais procuram instaurar. Ora, as teorias da «public choice» permitiram constatar a reivindicação do interesse geral como meio de suporte dos interesses particulares. Neste contexto, é um dado seguro que os valores dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) estão particularmente bem defendidos.

Na perspectiva de Pierre Dockès¹⁰, se a primeira fase da mundialização termina no fim do século XIX, já a nova fase recomeça no fim do século XX. A primeira etapa teve como função transformar a antiga ordem económica e social, posteriormente bloqueada por considerações de natureza política, nomeadamente as dos Estados ciosos de manterem a ordem pública. A segunda etapa constitui uma ofensiva do poder económico visando recuperar o poder e isentar-se de todos os constrangimentos criados pela esfera política. O poder político acompanha esta nova evolução desmantelando progressivamente todas as instituições protectoras. Neste contexto, podemos referir a lei de Speenhamland¹¹. No final do século XVIII, os juízes do Berkshire, confrontados com a miséria dos camponeses provocada pelo regime dos campos fechados (*enclosures*), decidiram instituir um rendimento mínimo para os pobres. Este sistema bastante discutido, nomeadamente por Malthus, foi abolido em 1834, com o apoio dos poderes políticos, com vista ao estabelecimento de um mercado de trabalho livre. Assim, quando a esfera económica se transforma ao ponto de criar condições de rupturas sociais, o poder político intervém. Protege os assalariados, reduz o poder das grandes empresas e estabelece leis sociais. É um período de estabilização. Quando este período finda, os poderes políticos e económicos voltam a cooperar e comprometem-se com um capitalismo cada vez mais liberto de quaisquer restrições sociais. Em última análise, a realização do capitalismo mundial passa pela convergência dos interesses das esferas política e económica. Importa não esquecer que estas não são impermeáveis uma à outra. Fizeram-se grandes fortunas por via da política e, inversamente, a força económica alicerçou grandes carreiras políticas. A globalização não é um fenómeno novo. O comércio de especiarias precedeu o comércio transatlântico, mas a informação, a redução dos custos das transacções e as tecnologias aumentaram a conectividade, a velocidade e a

10 Dockès, P. (1999), *Pouvoir et autorité en économie*, Economica, Paris.

11 Polanyi, K. (1944), *La Grande transformation*, Gallimard, Paris, 1983.

amplitude do processo. O comércio mundial passou de menos de 380 mil milhões dólares em 1950 para mais de 6 biliões em 2000. Os investimentos directos no estrangeiro multiplicaram-se por 20 num espaço de 30 anos. A mundialização acelerou o passo no fim dos anos 1970, com a revolução conservadora de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Os governantes ingleses e americanos afrontaram directamente o mundo laboral em defesa das teses ultraliberais. Com a crise económica, o patronato encetou uma luta ideológica por uma maior liberdade económica, uma limitação dos poderes do sindicalismo, reformas do direito do trabalho, a moderação salarial, a redução do papel económico do Estado, o desenvolvimento da flexibilidade e da precariedade dos trabalhadores e a limitação da protecção social. Para isso, contou com o apoio dos financeiros, que obtiveram avanços significativos no princípio dos três D (desregulamentação, desintermediação, descompartimentação). Com a liberalização dos mercados obrigacionistas públicos e a «titularização» da dívida dos Estados, o peso da dívida pública aumentou, garantindo assim uma transferência maciça para o capital produtor de rendimentos. Os titulares podem agora enriquecer sem riscos. Isto marca o início da crise da dívida do Terceiro Mundo e o desenvolvimento da especulação internacional com as «junk bonds». Por fim, com a desintegração da URSS, o capitalismo triunfa e os Estados Unidos, previamente anunciados como potência em declínio, tornam-se hegemónicos. A partir de 1990, ocorreram três mudanças essenciais¹²:

- O fim da Guerra Fria permitiu que as democracias populares se libertassem das regras comunistas autoritárias. Ao mesmo tempo, a URSS dava origem a quinze Estados independentes. Hoje, os grandes países industrializados reúnem-se anualmente nas Cimeiras do G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) ou do G8 (os sete países anteriores mais a Rússia), com a finalidade de formularem uma política macroeconómica concertada. Neste contexto, os Estados Unidos exercem uma influência determinante no curso das acções económicas mundiais.
- A industrialização e o crescimento abarcam numerosos países em desenvolvimento. Devido à violência das crises económicas, os «tigres asiáticos» começam a perceber as vantagens de um crescimento sustentável. Os Estados intervieram apenas a título secundário ou subsidiário, reduziram os seus défices financiando unicamente despesas em infra-estruturas e asseguraram os grandes equilíbrios macroeconómicos, evitando a hiperinflação e o desemprego excessivo. Reconheceram também a necessidade do comércio internacional, sobretudo na vertente das exportações, no processo de desenvolvimento, o que se traduz numa maior abertura comercial dos países em vias de desenvolvimento.

¹² Stiglitz, J. E. (2002), *La grande désillusion*, Fayard, Paris.

- O processo de globalização desenvolveu-se, através de uma integração acrescida das economias nacionais, graças ao desenvolvimento das comunicações e à redução das barreiras alfandegárias estimulada pela criação da OMC.

O capitalismo tem várias facetas. Nos países europeus, o sistema do bem-estar (*Welfare State*) encontra-se mais desenvolvido do que nos Estados Unidos. Embora o comércio livre seja de quando em vez contestado, isso não impede que as semelhanças entre os países capitalistas desenvolvidos sejam mais importantes do que as suas divergências. O mecanismo do mercado é um simples dispositivo interactivo que permite aos homens empreenderem actividades mutuamente vantajosas. Os problemas não se resolvem suprimindo os mercados, mas sim permitindo que estes funcionem melhor e de uma forma mais equitativa. Os resultados do mercado são tributários do seu enquadramento político e social¹³. Qualquer potência dominante procura fazer valer os seus direitos e o seu poder. Estes têm a sua melhor expressão na abertura das fronteiras e na utilização do dólar como moeda internacional. A mundialização é, primeiro que tudo, americana, visto que propõe, por via da aplicação das leis internacionais, os valores defendidos pelos EUA. O que, obviamente, não quer dizer que outros países fiquem arredados de deles tirar proveito. Os Estados Unidos dominam nos sectores militar, tecnológico, cultural e económico. A heterogénea Europa mal consegue salvar as aparências. Os outros entraram no ciclo da crise, crescimento, flexibilidade, precariedade e dominação. A globalização assume diversas formas, consoante a natureza dos mercados, a estratégia das empresas, a política, o financiamento, a tecnologia, a cultura ou a consciência (tabela 1). Se é verdade que o capitalismo tem várias formas, também não é menos verdade que as semelhanças entre os países capitalistas desenvolvidos são mais importantes do que as suas divergências. O início do século XXI testemunha o triunfo do capitalismo¹⁴. Existe um verdadeiro *credo* liberal, que é dominante¹⁵. Fala-se de dar liberdade aos empresários, de desregular e mesmo de «reinventar o governo». É o novo fundamentalismo, centrado nas qualidades terapêuticas incontestáveis das virtudes do mercado.

A globalização é um factor dominante do início do século XXI. Porém, a sua análise propõe um conjunto de teorias e pensamentos mais ou menos validados politicamente. Ela é moldada por actores económicos com estratégias umas vezes concordantes, outras vezes conflituais. Deste modo, a globalização traz também à colação as «preocupações» colectivas do planeta, mesmo quando os problemas ecológicos são um factor tanto de divisão como de união dos actores da mundialização. As organizações internacionais prolongam o carácter

13 Sen, A. (2001), *Un nouveau modèle économique*, Odile Jacob, Paris, p. 147.

14 Sachs, J. D. (1995), «Consolidating Capitalism», *Foreign Policy*, Primavera, p. 53.

15 Kuttner, R. (1997), «The Limits of Markets», *The American Prospect*, Março-Abril.

TABELA 1
As formas da globalização

<i>Formas</i>	<i>Características</i>
Mercados	Os mercados globais são integrados e formam a base e o lugar do conjunto das acções económicas. Graças às novas tecnologias da informação, de comunicações, de transportes e de infra-estruturas, gerem, à escala mundial, a investigação, o desenvolvimento, a produção, a distribuição e o consumo de processos, produtos e serviços.
Estratégias das empresas	As decisões económicas são tomadas à escala mundial, com base num mercado competitivo. A empresa estabelece alianças estratégicas e propõe regras de acção que tenham em conta a realidade da competição mundial. A cooperação dá acesso às tecnologias complementares e aos mercados externos, alarga a utilização dos recursos financeiros e reduz os custos de desenvolvimento do produto. As empresas podem ampliar-se, deslocalizar-se ou descentralizar-se, não deixando de conservar os laços e raízes com as suas comunidades. De resto, esta é uma condição para o seu sucesso.
Financiamento	A primeira vaga da globalização, essencialmente financeira, modificou profundamente o processo de acumulação dos Estados, directamente afectado pela especulação e pela circulação monetária e financeira à escala planetária. As desregulação, desregulamentação e descompartimentação dos mercados financeiros, a mobilidade internacional do capital, as fusões e aquisições e a mundialização dos accionistas constituem as expressões acabadas do novo paradigma da globalização.
Tecnologia	O desenvolvimento das tecnologias da informação e das telecomunicações permitiu o crescimento dinâmico das redes globais intra e interempresariais. A circulação do domínio das tecnologias acelerou.
Cultura	Simultaneamente, assiste-se à mundialização dos modos de vida e do consumo dos agentes económicos privilegiados e à implantação progressiva dos modos de vida dominantes, fundados na diferenciação e nos efeitos de demonstração, imitação e evicção. A própria cultura é agora um consumo.
Política	Com o decrescente papel económico do Estado, as organizações económicas internacionais estabelecem as regras do mercado mundial. Apela-se à instituição de um poder central mundial (ou europeu), mas a hegemonia americana torna-a difícil. Ergue-se também a consciência política. A Terra pertence a todos, é preciso protegê-la contra a poluição, a guerra e o fanatismo.

público desta mundialização, enquanto a emergência das organizações não-governamentais, o desenvolvimento dos poderosos organismos financeiros ou o poder das firmas multinacionais modificam a expressão das relações de força no sistema de mercado «mundializado». Contudo, estas forças assinaladas nem sempre são facilmente identificáveis, sendo os papéis dos actores muitas vezes confusos. Assim, uma empresa pode ser defendida pelo Estado ou uma firma multinacional e combatida por certas organizações não-governamentais, em função da própria natureza do seu chefe, que é igualmente um cidadão, um lobista e um defensor de valores morais e éticos controversos. Contrariamente, no mundo actual, a questão da hegemonia da civilização americana passou de

lancinante a central. Os Estados Unidos dão o «tom» da globalização. Os restantes Estados situam-se em relação à sua economia ou às suas pretensões acções intervencionistas, no quadro das relações económicas internacionais geridas por instituições de aparência internacional, mas fortemente influenciadas pelas exigências da potência dominante.

A análise da globalização passa pela análise das suas expressões empíricas, teóricas e ideológicas. Pretende-se evidenciar as insuficiências da teoria económica para exprimir as situações concretas de poder. Essa análise implica também a apresentação dos debates e conflitos entre os partidários e opositores da mundialização actual.

De igual modo, a nossa análise basear-se-á na descrição da actuação de actores económicos que participam na mundialização. Contrariamente às hipóteses enunciadas pelas teorias económicas, os comportamentos dos agentes não são homogéneos, visto não existirem actores puros com interesse apenas nessa função. Nestas condições, as oposições e coligações de interesses são enredadas, dificultando a leitura do funcionamento da governança mundial.

Finalmente, o processo actual da globalização levanta simultaneamente problemas do poderio militar e da arma económica. Suscita claramente a questão da hegemonia americana e a sua capacidade de subsistir no tempo. Interessante, portanto, que nos interroguemos sobre o interesse de uma mundialização económica.

Bibliografia

- Aglietta, M. (2004), La gouvernance mondiale, in Plihon, G. *Les désordres de la finance*, Encyclopedia Universalis.
- Baudrillard, J. (1996), *Le mondial et l'universel*, Libération 18 mars.
- Bédar, S. (2000), La globalization comme paradigme de la stratégie américaine, *Cahiers d'Etudes Stratégiques* 28.
- Boyer, R. (1995) *Mondialisation au-delà des mythes*, La Découverte, Paris.
- Braudel, F. (1979), *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe - XVIIIe siècle*, Armand Colin, Paris.
- Brown, P., Schweke, B. (2001) Globalization: An examination of the Pros and Cons, *Corporation for enterprises Development*, September.
- Cohen, E. (2001), *L'ordre économique Mondial*, Fayard, Paris
- Colard, D., Fontanel, J., Guilhaudis, J-F. (1981), *Le désarmement pour le développement*, Fondations pour les études de défense nationale 19.
- Coulomb, F., Fontanel, J. (2000), La puissance des Etats et la globalisation économique, *Arès, Défense et Sécurité*.
- Courlet, C., Fontanel, J. (2003), Les conséquences sociétales de la globalisation, in *Civilisation, globalisation, guerre.*, PUG, Presses Universitaires de Grenoble.
- Dockès, P. (1999), *Pouvoir et autorité en économie*, Economica, Paris.
- Doyle, M. (1986), Liberalism and World Politics, *American Political Science Review*, 80
- FMI (2000), Enjeux et risques de la mondialisation dans les pays en développement, *Bulletin du FMI*, 29.
- Fontanel, J. (1993), *Economistes de la paix*, Presses Universitaires de Grenoble,
- Fontanel, J. (2002) *Globalisation économique et sécurité internationale : introduction à la géoéconomie*. Ed. Université Pierre Mendès France.
- Fontanel, J., Arrow, K., Klein, L. and Sen, A., 2003. *Civilisations, globalisation et guerre*. Presses Universitaires de Grenoble, PUG, Grenoble.
- Fontanel, J. (2005), *La globalisation en « analyse »*. L'Harmattan, Paris.
- Fontanel, J. (2007), *Questions d'éthique : guerre, démocratie, économie, éducation, marketing, sport, genre*, Editions l'Harmattan, Paris.
- Fontanel, J. & Henriques P.(2007), *A Globalização em "Análise". Geoeconomia e estrategia dos actors*, Instituto Piaget, Lisboa
- Friedman, M., Friedman, R. (1980) *Free to choose*, Penguin, Harmondsworth.
- Graz, J-C. (2004), la gouvzernance de la mondialisation, La Découverte, Paris.
- Labarde, P., Maris, B. (1998), *Ah Dieu! Que la Guerre économique est jolie !*, Albin Michel, Paris,
- Ohmae, K. (1993), The rise of the region state, *Foreign Affairs*, 71(2).
- Ohmae, K. (1995), *The end of Nation-State*, The Free Presse.
- Polanyi, K. (1983), *La grande transformation*, Gallimard, Paris.
- Porter, B. (1994), *War and the Rise of the State. The Military Foundations of Modern Politics*, The Free Press, New York, 1994, p. xix.
- Reich, R. (1993), *L'Economie mondialisée*, Dunod, Paris, 1993
- Ruffin, J.C ; (1994), *La dictature libérale*, Jean-Claude Lattès, Paris
- Sen, A. (2001), *Un nouveau modèle économique*. Odile Jacob, Paris.
- Sen, A. (2003), Identité et conflit ? Existe-t-il un choc des civilisations ? in *Civilisations globalisation, guerre. Discours d'économistes*, Presses Universitaires de Grenoble. Grenoble.
- Stiglitz, J.E. (2002), *La grande désillusion*, Fayard, Paris.

Weisbrot, M., Baker, D., Kraev, E., Chen, J. (2002), *The scoreboard on globalization 1980-2000. Twenty years of diminished progress*, Center for Economic and Policy Research, Washington.